Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
Tel.: (61) 2103-7200 – Fax: (61) 2103-7221
www.condsef.org.br
condsef@condsef.org.br – comunica@condsef.org.br

RELATÓRIO - ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA E REFORMA AGRÁRIA

Data: **13/05/2016.**

Local: **Sede da CONDSEF.**

Estados Presentes: **AC, AM, AP, BA, CE, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, RS, SP e TO.**

Total de Presentes: **30 (trinta).**

Pauta: **Informes; Avaliação da Conjuntura; Pauta Específica do Setor e Encaminhamentos.**

INFORMES

Com o afastamento da Presidenta Dilma e o Michel Temer assumindo interinamente o Governo, a partir do dia 12 de maio, os ataques aos trabalhadores do serviço público e as políticas publicas neste país veio com a publicação da Medida Provisória 726/2016. Com essa MP vários órgãos foram extintos ou fundidos, deixando em aberto uma série de questões referente às atribuições dos servidores e a estrutura dos órgãos e o funcionamento da máquina publica. O INCRA e o MDA foram as estruturas mais atacadas na MP.

A CONDSEF está fazendo um estudo aprofundado da publicação da MP para informa a toda a categoria. As convocatórias e as ações e mobilização vão ser encaminhadas em conjunto com a CONDSEF e a CNASI-AN, orientando nos estados o trabalho conjunto entre os sindicatos gerais e as associações.

CONJUNTURA - DE DILMA A TEMER, DO DESCASO AO DESMONTE

Os servidores do INCRA e MDA encontram-se numa situação de tremenda apreensão. Após amargarmos anos e anos de descaso com a política agrária e fundiária do Governo de Dilma, que se traduziram em números pífios de arrecadação de imóveis passiveis de desapropriação; políticas equivocadas em várias áreas de atuação, em que o discurso não condizia com a prática - pela total falta de recursos; normativos frágeis e contraditórios, deixando servidores à mercê de processos dos órgãos de controle; inexistência de concursos públicos, mesmo sabendo-sedo grande número de servidores que se aposentaram ou abandonaram a carreira em busca de melhores salários e do vergonhoso veto da presidenta afastada a equiparação salarial dos servidores do INCRA e IBAMA - , agora somos brindados pelo “novo” governo com uma política de rebaixamento e desmonte, tanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário como do INCRA.

A indefinição é tamanha que até mesmo governo Temer equivoca-se na publicação do DOU, sobre as atribuições do novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, englobando ações que certamente não fazem parte do rol de atividades desse novo arranjo ministerial. Das quase certezas que temos hoje, está a perda das atribuições no reconhecimento e demarcação de áreas quilombolas, passando essas para o novo Ministério da Educação e Cultura, ministério esse que foi entregue nas mãos do partido Democratas, que se opõe a todas as ações afirmativas, inclusivas e de

reconhecimento da diversidade, tendo entrado com várias ações de inconstitucionalidade no Supremo contra tais políticas. É de se esperar o pior. Fora isso, como ficam os antropólogos da casa, que prestaram concursos e tem como atribuição o atendimento a essas comunidades? E os processos que estão em andamento? E as comunidades hoje que aguardam ansiosamente pelo reconhecimento e demarcação de suas terras?

Além disso, mesmo atribuições exclusivas do INCRA, como ordenamento fundiário, aparecem agora entre as atribuições do Ministério da Integração Nacional. Fora a ATER/Assistência Técnica que aparece entre as atribuições do Ministério da Agricultura. Esse fatiamento do INCRA e a implosão do MDA que estamos vendo agora é fruto da política errática do governo Dilma e de seus aliados entre os movimentos sociais. Esses aceitaram passivamente durante anos, a aliança do PT com o agronegócio. Nunca enfrentaram ou se opuseram de fato a essas alianças de ocasião. O governo agora é derrubado por aqueles que se esforçaram tanto em atender, em detrimento as populações pauperizadas do campo, inclusive e principalmente, os assentados da Reforma Agrária, que se encontram hoje em áreas sem infra-estrutura básica, como água e estradas, muitos sem casa e sem crédito.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA, raramente estabeleceram políticas de Estado consistentes e sim práticas que visavam atender a demandas imediatas de grupos específicos, quando não buscavam pura e simplesmente cacifar politicamente os partidos e aliados que compunham o governo frente à clientela com objetivos nitidamente eleitorais. Rifou-se a universalização de políticas publicas do INCRA em nome de uma maior eficiência nos gastos. Agora a justificativa da eficiência de gastos vem cobrar seu preço, com a eliminação pura e simplesmente dessas mesmas políticas (mal) estruturadas no governo Dilma.

O que resta aos servidores da reforma e do desenvolvimento agrário é lutar contra o desmonte que o governo Temer propõe, buscando a unidade de toda a categoria. Soluções particularistas e acordos feitos em segredo, apenas enfraquecerão nossa luta. E, divididos, será mais fácil ao governo impor seu jogo. Também é de se esperar que um governo formado em maioria por investigados da Lava-Jato, que se impôs através da traição, rifando até mesmo Dilma e o PT, não seja confiável. Todos juntos devemos marchar contra a destruição do INCRA e do MDA. Devemos impor nossa agenda, o que queremos e o que esperamos sobre as políticas agrárias e fundiárias dos pais, que não se pode confundir com o que foi feito no passado. Mas, por outro lado, não podemos subir nessa ponte para o futuro, se o futuro que nos é apresentado é apenas uma forma muito piorada desse mesmo passado.

DELIBERAÇÕES

Diante dos problemas e dificuldades apresentadas pelos participantes do Encontro, se tirou uma série de decisões / deliberações, que seguem abaixo:

- Marcar reunião com o novo Presidente do INCRA. Pedir assento, em nome dos servidores, dentro do planejamento desta nova junção;
- Que a CONDSEF, nos seus fóruns e manifestações, coloque como ponto central a defesa da Reforma Agrária, do Desenvolvimento Rural Sustentável, do INCRA e do MDA;
- Foi feita uma comissão composta pela CONDSEF e a CNASI-AN (Jussara, Leandra, Cleuza, Arnaldo, Reginaldo Aguiar, José Paulo e Antônio) para

aprimorar o texto que foi elaborado no Seminário Nacional sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável, adequando a conjuntura atual, documentos, decretos e MPs. Para contribuir no debate com a categoria;

- Que a CONDSEF mude a forma de negociação. Que as negociações tenham começo, meio e fim, com prazos definidos;
- Que a CONDSEF chame uma plenária dos servidores do INCRA e MDA e trace um plano de luta imediato, para combater o desmonte apresentado na MP 726, de Temer, com a campanha de cartazes, botons, etc;
- Força tarefa para garantir o reajuste dos trabalhadores do serviço público, retirada do PL 257 e derrubada da MP 726;
- Garantir uma política salarial e valorização dos servidores;
- Condição de trabalhar, no tocante ao apoio institucional e assistência à saúde.
- Fazer as assembleias em todos os locais de trabalho para construir o Dia Nacional de Luta em defesa do MDA e do INCRA;
- Garantir o debate nos fóruns das entidades: O desmonte do INCRA;
- Assinatura do Termo de Acordo da Greve referente aos dias paralisados em 2016;
- Abrir negociação com o Presidente do INCRA;
- Garantir a Mesa de Negociação Setorial;
- Desvincular a avaliação de desempenho a nota institucional;
- Sugestão que integração das políticas públicas no estado e municípios, convidar parlamentares, gestores (prefeitos, governadores...), autoridades jurídicas á visitarem os órgãos públicos para discutirem soluções para os seus problemas e formas de tornar os órgãos produtores de receitas para o país, motivando investimentos e condições de trabalho que permitam a concretização dos objetivos estabelecidos. Após, elaboração de documento com programação anual destas ações para nortear os atores envolvidos neste processo.

Brasília-DF, 13 de maio de 2016.

Jussara Griffo
Diretora/CONDSEF